

DIREITO CONSTITUCIONAL

01. Constitui/Constituem direitos sociais previstos na Constituição Federal, capítulo II do Título II:

- (A) transporte e educação.
- (B) o direito de propriedade.
- (C) direito de informações dos órgãos públicos.
- (D) a concessão de habeas data.

02. Acerca da Organização do Estado na Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que:

- (A) compete somente à União legislar sobre produção e consumo.
- (B) são bens exclusivos da União as águas superficiais ou subterrâneas.
- (C) o Município será organizado por Lei Orgânica, votada em um turno e com aprovação de 2/3 da Câmara.
- (D) é vedada a divisão do Distrito Federal em Municípios.

03. A Constituição Federal de 88 pode ser classificada, de acordo com o posicionamento doutrinário majoritário, como:

- (A) Promulgada e formal.
- (B) Outorgada e sintética.
- (C) Cesarista e eclética.
- (D) Pactuada e ortodoxa.

04. Consoante o disposto no artigo 35 da Carta Magna de 88, os Estados poderão intervir nos municípios quando:

- (A) deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por 2 anos, consecutivos ou não, a dívida fundada.
- (B) não forem prestadas contas devidas, por mais de dois anos consecutivos, na forma de lei complementar.
- (C) não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal em saúde e assistência social.
- (D) o Tribunal de Justiça der provimento à representação para prover a execução de ordem ou decisão judicial.

05. A Constituição Federal enumera, dentre as atribuições do Presidente da República, aquelas que este pode delegar aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União. Dentre estas se inclui dispor, mediante decreto autônomo, sobre:

- (A) criação ou extinção de órgãos públicos federais.
- (B) aumento da despesa de órgãos públicos federais.
- (C) criação de cargos públicos federais.
- (D) extinção de cargos públicos vagos.

06. Assinale a alternativa que prevê uma vedação constitucional aos juízes no Brasil.

- (A) Exercer qualquer outro cargo ou função pública, sem exceção.
- (B) Receber auxílio ou contribuição de pessoas físicas, sem exceção.
- (C) Dedicar-se à atividade político-partidária, sem exceção.
- (D) Exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, sem exceção.

07. Dentre as noções elementares de Direito Constitucional, destaca-se o estudo da hermenêutica constitucional, posto que é a correta interpretação da norma constitucional que definirá sua eficácia no plano material. Isso considerado, sobre os métodos de interpretação constitucional, assinale a alternativa correta.

- (A) O método jurídico clássico parte da noção de que a Constituição Federal é uma lei, devendo-se utilizar em sua interpretação, assim, todos os critérios hermenêuticos clássicos, como o sistemático e o teleológico.
- (B) Segundo o método tópico-problemático proposto por Hesse, a interpretação constitucional deve ser feita tendo-se em vista o caráter prático da interpretação, partindo do problema para a norma.
- (C) O método hermenêutico-concretizador, proposto por Theodor Viewheg, utiliza-se da noção do círculo hermenêutico na interpretação constitucional, partindo da norma para o problema na busca dialética pela solução do caso posto.
- (D) Pelo método científico-espiritual de Smend, a Constituição é um produto cultural, inexistindo identidade entre texto normativo e norma, razão pela qual só se sabe a norma diante do problema concreto.

08. O Supremo Tribunal Federal consolidou uma série de entendimentos acerca das competências legislativas constitucionais, mediante a edição de Súmulas Vinculantes. Assinale a alternativa que corresponde a um entendimento sumulado pelo STF.

- (A) É constitucional lei ou ato normativo estadual ou distrital que disponha sobre sistemas de consórcios e sorteios, inclusive bingos e loterias.
- (B) É competente o Estado ou Distrito Federal para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial.
- (C) Compete privativamente à União legislar sobre vencimentos dos membros das polícias civil e militar e do corpo de bombeiros militar do Distrito Federal.
- (D) A definição dos crimes de responsabilidade e o estabelecimento das respectivas normas de processo e julgamento são de competência legislativa concorrente.

09. Considere a seguinte situação hipotética:

“Lei municipal de nº XYZ, do Município de Fortaleza, alterou a base de cálculo da cobrança do ISS municipal no dia 01/11/2020, com vigência a partir de sua publicação. Lúcio, por entender que a lei suscitada violou princípios constitucionais do Direito Tributário, ajuizou ação ordinária requerendo a devolução de todos os valores pagos a maior para a Fazenda Pública municipal após a publicação da referida lei, utilizando-se, como principal argumento, a inconstitucionalidade da lei municipal XYZ. O juiz de primeiro grau, contudo, entendeu pela constitucionalidade do regramento, julgando improcedente o pedido inicial. Inconformado, Lúcio interpõe recurso de apelação perante o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, requestando a revisão do julgado.”

A partir disso, e considerando as regras a respeito da Cláusula de Reserva de Plenário, assinale a alternativa correta.

- (A) No caso narrado, o Tribunal de Justiça estadual não tem competência para analisar a constitucionalidade de ato normativo municipal usando como parâmetro a Constituição Federal.
- (B) O Tribunal de Justiça estadual pode declarar constitucional a lei municipal *sub judice*, desde que haja a remessa do feito ao Plenário para apreciação da questão constitucional, em observância à Reserva de Plenário.
- (C) Se o Plenário do Tribunal já houver se pronunciado anteriormente a respeito da questão constitucional *sub judice*, o órgão fracionário do Tribunal pode julgar a lei inconstitucional sem observar a Reserva de Plenário.
- (D) Caso o Tribunal de Justiça não possua Órgão Especial, haveria impedimento material de observância da Reserva de Plenário, podendo, em consequência, o órgão fracionário declarar diretamente a inconstitucionalidade da Lei nº XYZ.

10. Sobre o regramento constitucional dado à Administração Pública, é correto afirmar.

- (A) É garantido ao servidor público o direito à livre associação sindical, mas lhe é vedado o direito de greve, tendo em vista a essencialidade dos serviços públicos.
- (B) As funções de confiança e os cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
- (C) O prazo de validade de concursos públicos será de até 2 anos, prorrogável por iguais períodos sucessivos, desde que a prorrogação se dê dentro do prazo de validade do edital.
- (D) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e Executivo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Judiciário, pois o teto constitucional é o salário dos ministros do STF.

DIREITO ADMINISTRATIVO

11. No que diz respeito ao ato administrativo, assinale a afirmativa correta.

- (A) O objeto do ato administrativo deve ser lícito, determinado e possível.
- (B) A revogação significa a retirada do mundo jurídico de determinados atos administrativos por razões de conveniência e oportunidade, incluindo os que tratam de direito adquirido.
- (C) O controle judicial fica limitado à análise do motivo e do objeto do ato administrativo.
- (D) O mérito administrativo pode ser identificado como a conveniência e a oportunidade da prática do ato administrativo.

12. Marque a opção correta.

- (A) O poder regulamentar da Administração Pública tem natureza originária, haja vista que emana diretamente da Constituição Federal.
- (B) Apesar de configurar a intervenção do Estado no exercício de atividades individuais do cidadão, o poder de polícia pode ser objeto de delegação.
- (C) De acordo com a Constituição, o poder regulamentar é exercido através da expedição de decretos, instruções normativas, portarias, regulamentos e resoluções.
- (D) Considerando que a polícia administrativa pressupõe a prática de atos de fiscalização, pode-se dizer que a mesma tem caráter repressivo.

13. Identifique o item correto acerca dos servidores públicos.

- (A) A Constituição Federal permite a cumulação de dois cargos ou empregos de professor, quando houver compatibilidade de horário.
- (B) A única hipótese de demissão de servidor estável é a aplicação da pena máxima decorrente de processo administrativo disciplinar.
- (C) A absolvição na esfera penal não impede a condenação nas esferas cível e administrativa, exceto quando se der em razão de inexistência do fato típico ou da autoria.
- (D) Uma vez que caracteriza afronta ao princípio constitucional da isonomia, não podem ser estabelecidos requisitos de idade e sexo em editais de concursos públicos.

14. Assinale a afirmativa que contém a informação correta sobre a inexigibilidade de licitação.

- (A) Diferentemente do que ocorre com a dispensa de licitação, a inexigibilidade foi prevista na Lei Federal nº 8.666/1993 com hipóteses meramente exemplificativas.
- (B) No caso de contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, deve o mesmo ser consagrado pela crítica especializada, exclusivamente.
- (C) Na hipótese de dano causado à Fazenda Pública em razão de superfaturamento, o agente público responde de forma subsidiária, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.
- (D) Destina-se à contratação de serviços técnicos de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, incluindo os serviços de publicidade e divulgação.

15. Com relação aos contratos administrativos, marque a alternativa correta.

- (A) Dentre outras hipóteses, é facultado à Administração Pública, quando o convocado não assinar o termo de contrato, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.
- (B) A declaração de nulidade opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que o contrato, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos e de desobrigar a Administração Pública do dever de indenizar.
- (C) Uma vez que a Lei Federal nº 8.666/1993 confere à Administração Pública a prerrogativa de modificá-los unilateralmente para melhor adequação às finalidades de interesse público, as cláusulas econômico-financeiras poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.
- (D) O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até 25% do valor atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% para os seus acréscimos e supressões.

16. Considerando a temática que envolve as pessoas administrativas, marque o item correto.

- (A) Uma vez que desenvolvem atividades econômicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista também se submetem ao regime falimentar e de recuperação judicial.
- (B) Tal como os demais órgãos de fiscalização de profissão, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) tem a natureza de autarquia e se submete ao regime previsto na Lei Federal nº 8.666/1993.
- (C) As fundações públicas, a depender do seu regime, equiparam-se às autarquias, alcançando assim o *status* de Fazenda Pública e dela gozando as mesmas prerrogativas.
- (D) Por força do disposto na Lei Federal nº 8.666/1993, as entidades que integram os Serviços Sociais Autônomos fazem parte da Administração Indireta e encontram-se obrigadas a realizar licitação.

17. Assinale a opção que contém informação verdadeira acerca dos bens públicos.

- (A) São exemplos de bens de uso comum do povo os mares, os rios, o espaço aéreo, as estradas, as praças, as ruas e as terras (incluindo as reservadas aos indígenas).
- (B) A alienação será precedida de avaliação e, quando se tratar de imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais.
- (C) Diferentemente do que ocorre com os bens de uso especial, os bens de uso comum do povo não podem sofrer desafetação, posto que atendem ao interesse geral da coletividade.
- (D) De acordo com o entendimento jurisprudencial dominante sobre o conceito adotado pelo atual Código Civil, os bens dominicais podem ser adquiridos através de usucapião.

18. Assinale a assertiva correta com relação à responsabilidade civil do Estado.

- (A) Uma vez adotada a Teoria da Responsabilidade Objetiva, o direito de regresso do Estado limita-se ao caso em que ficar comprovado o dolo do agente público causador do dano.
- (B) Além do dano e do nexo de causalidade, também figura como pressuposto da responsabilidade objetiva o fato, aí se incluindo o caso fortuito e a força maior.
- (C) Em regra, a atividade legiferante não dá ensejo à reparação civil do dano, salvo quando for declarada a inconstitucionalidade da lei que causou prejuízo ao particular.
- (D) No caso de danos provocados por multidões, fica caracterizada a culpa exclusiva de terceiros e, sendo assim, não pode o Poder Público ser responsabilizado.

19. Marque a opção verdadeira, de acordo com o texto da Lei Orgânica do Município de Fortaleza.

- (A) A competência do órgão de controle interno não exclui a da Procuradoria Geral do Município no que concerne ao processamento dos processos administrativos disciplinares.
- (B) O Município apoiará, de forma autônoma, serviço público de assistência jurídica prestado gratuitamente às comunidades e grupos sociais menos favorecidos.
- (C) A Procuradoria Geral do Município proporá ação regressiva contra servidor público culpado por conduta dolosa que configure lesão de direito que o Município seja obrigado judicialmente a reparar.
- (D) Os convênios e consórcios criados para a realização de obras, atividades ou serviços específicos de interesse comum deverão ser aprovados exclusivamente por lei do Município de Fortaleza.

20. Tendo por base a Lei Orgânica da Procuradoria Geral do Município de Fortaleza, assinale a propositura correta.

- (A) O Procurador-Geral do Município, nomeado dentre os Procuradores de carreira pelo Prefeito Municipal, deverá contar com, pelo menos, 08 (oito) anos de prática forense e, no mínimo, 30 (trinta) anos de idade, de notório saber jurídico e reputação ilibada.
- (B) Os Procuradores integrantes do Colégio de Procuradores do Município de Fortaleza desempenharão as suas atividades sem prejuízo de suas atribuições de Procurador, podendo lhes ser concedida remuneração adicional.
- (C) As consultas formuladas serão acompanhadas dos autos concernentes e instruídas com pareceres conclusivos dos órgãos jurídicos das respectivas instituições interessadas, salvo no caso de comprovada urgência, exclusivamente.
- (D) Os cargos da classe inicial serão providos por concurso público específico de provas e títulos, podendo concorrer somente bacharéis em direito, de reputação ilibada, comprovando ter pelo menos 1 (um) ano de prática forense e estar em pleno gozo de seus direitos civis e políticos.

DIREITO TRIBUTÁRIO

21. No que diz respeito ao Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), assinale a afirmativa correta.

- (A) É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no Plano Diretor, exigir, exclusivamente, nos termos da lei local, do proprietário do solo urbano subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, dentre outras medidas, da instituição de imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo.
- (B) Apesar de permitir que seja o mesmo progressivo em razão do valor do imóvel, a Constituição Federal veda expressamente que sobre o IPTU incida a aplicação de alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel.
- (C) A base do cálculo do imposto é o valor venal do imóvel, nele podendo ser incluído o valor dos bens móveis mantidos, em caráter permanente, no imóvel, para efeito de sua utilização, exploração, aformoseamento ou comodidade.
- (D) O IPTU tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município, entendendo-se a mesma conforme definida em lei municipal.

22. Considerando as determinações constantes da Lei Federal nº 6.830/1980 (Lei de Execução Fiscal), marque a opção correta com relação à Dívida Ativa da Fazenda Pública.

- (A) A competência para processar e julgar a execução da Dívida Ativa da Fazenda Pública exclui a de qualquer outro Juízo, exceto o da falência, concordata, liquidação, insolvência ou do inventário.
- (B) Findo o leilão e havendo licitantes, a Fazenda Pública poderá adjudicar os bens penhorados, com preferência, em igualdade de condições com a melhor oferta, no prazo de 30 (trinta) dias.
- (C) Recebidos os embargos, o Juiz mandará intimar a Fazenda, para impugná-los no prazo de 30 (trinta) dias, designando, em seguida, audiência de conciliação.
- (D) O executado será citado para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar o valor principal da dívida indicado na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução.

23. No que diz respeito à obrigação tributária, marque a alternativa correta.

- (A) A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.
- (B) A capacidade tributária passiva depende de estar a pessoa jurídica regularmente constituída, não bastando que configure uma unidade econômica ou profissional.
- (C) Considera-se ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos, tratando-se de situação jurídica, desde o momento em que esteja definitivamente constituída.
- (D) As pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação acessória são solidariamente obrigadas.

24. Assinale a afirmativa que contém a informação correta sobre a prescrição intercorrente.

- (A) O Superior Tribunal de Justiça (STJ) entende que o prazo de suspensão do processo tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis.
- (B) Se da decisão que ordenar o arquivamento dos autos da execução fiscal tiver decorrido o prazo prescricional, o magistrado poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato, sem a necessária oitiva das partes.
- (C) De acordo com a jurisprudência assente no âmbito do Superior Tribunal de Justiça (STJ), é inválida a intimação do representante da Fazenda Nacional por carta com aviso de recebimento quando o respectivo órgão não possui sede na comarca de tramitação do feito.
- (D) Na execução fiscal, entende o Superior Tribunal de Justiça (STJ) que se pode indeferir a petição inicial sob o argumento da falta de indicação do CPF da parte executada, visto tratar-se de requisito exigido por lei específica superveniente (Lei Federal nº 11.419/2006 – Lei do Processo Eletrônico).

25. Com relação à temática que envolve o crédito tributário, assinale a alternativa correta.

- (A) A ação competente para a cobrança do crédito tributário prescreve em 05 (cinco) anos, contados da data do seu lançamento.
- (B) Constituem hipóteses de extinção do crédito tributário a remissão, o depósito do seu montante integral, o pagamento e a compensação, dentre outras.
- (C) A exclusão do crédito tributário dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído, ou dela consequente.
- (D) A isenção, salvo se concedida por prazo certo e em função de determinadas condições, pode ser revogada ou modificada por lei, a qualquer tempo.

DIREITO CIVIL

26. Considerando o Código Civil brasileiro de 2002, pode-se afirmar que a menoridade cessa:

- (A) pela concessão de parentes em linha reta, dependente neste caso de homologação judicial, se o mesmo tiver 16 (dezesseis) anos completos.
- (B) pelo estabelecimento comercial, devendo o menor contar com 17 (dezessete) anos completos, independente de economia própria.
- (C) pelo exercício de emprego público efetivo.
- (D) pela colação de grau em curso profissionalizante, desde que o menor tenha pelo menos 16 (dezesseis) anos.

27. Ao regular o regime jurídico dos bens, a legislação cível determina que:

- (A) consideram-se móveis, para os efeitos legais, o direito à sucessão aberta, face interesse tributário.
- (B) após o emprego de bens móveis em uma edificação, devidamente licenciada pelo Município, estes nunca perdem a qualificação de bens imóveis.
- (C) bens públicos de uso especial podem ser objeto de usucapião especial ou coletivo.
- (D) entidades, como as Autarquias.

28. Relacione as colunas abaixo, marcando nas alternativas a sequência inteiramente correta de cima para baixo, tendo por base o assunto consequências pelo inadimplemento das obrigações:

- I) Cláusula penal
- II) Mora
- III) Juros
- IV) Perdas e danos

_____, que mesmo não estando previstos pelas partes, serão devidos de acordo com a taxa que “estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional”;

_____ tem basicamente duas funções. Primeiramente, a multa funciona como uma coerção, para intimidar o devedor a cumprir a obrigação principal, sob pena de ter que arcar com essa obrigação acessória (meio de coerção, com caráter punitivo). Além disso, tem função de ressarcimento, prefixando as perdas e danos;

_____ podem ser caracterizados pelos lucros cessantes, danos emergentes e danos morais;

_____ um dos seus tipos tem como consequência a subtração do devedor isento de dolo à responsabilidade pela conservação da coisa, obriga o credor a ressarcir as despesas empregadas na conservação e sujeita o credor a receber a coisa pela estimativa mais favorável ao devedor.

- (A) III, II, I e IV.
- (B) III, I, IV e II.
- (C) II, III, IV e I.
- (D) III, II, IV e I.

29. João, proprietário de um terreno com área de 20.000 m² localizado em Messejana, deseja parcelar seu terreno em lotes, tendo conseguido aprovar a planta no Município de Fortaleza e efetuado o registro do loteamento na matrícula apropriada no Cartório de Registro de imóveis competente. Sobre o parcelamento, é correto afirmar.

- (A) Desde a data de registro do loteamento, passam a integrar o domínio do Município as vias e praças, os espaços livres e as áreas destinadas a edifícios públicos e outros equipamentos urbanos, constantes do projeto e do memorial descritivo.
- (B) O registro do loteamento só poderá ser cancelado: a requerimento do loteador, com anuência da Prefeitura, ou do Distrito Federal quando for o caso, não podendo ter sido vendido mais do que 10% dos lotes.
- (C) O processo de loteamento e os contratos depositados em Cartório poderão ser examinados por qualquer pessoa, no prazo de até cinco anos, sendo devido pagamento de custas ou emolumentos, ainda que a título de busca.
- (D) Os contratos de compromissos de compra e venda, cessões e promessas de cessão, dos lotes, mesmo que irrevocáveis, nunca terão a característica de direito real oponível a terceiros, face sua natureza de direito pessoal.

30. No livro Manual de Direito Civil, vol. Único, 4^o ed., Ed. Método, Flávio Tartuce afirma: “O estudo dos elementos essenciais, naturais e acidentais do negócio jurídico é um dos pontos mais importantes e controvertidos da Parte Geral do Código Civil. É fundamental estudar a concepção desses elementos a partir da teoria criada pelo grande jurista Pontes de Miranda, que concebeu uma estrutura única para explicar tais elementos.¹⁰⁹ Trata-se do que se denomina *Escada Pontiana ou ‘Escada Pontiana’*...[...]. “A partir dessa genial construção, o negócio jurídico tem três planos, a seguir demonstrados: – *plano da existência*; – *plano da validade*; – *plano da eficácia*. Sobre os três planos, ensina Pontes de Miranda que “existir, valer e ser eficaz são conceitos tão inconfundíveis que o fato jurídico pode ser, valer e não ser eficaz, ou ser, não valer e ser eficaz. As próprias normas jurídicas podem ser, valer e não ter eficácia (H. Kelsen, *Hauptprobleme*, 14). O que se não pode dar é valer e ser eficaz, ou valer, ou ser eficaz, *sem ser*; porque não há validade, ou eficácia do que não é”.

Considerando o texto acima, marque a alternativa que condiz com o pensamento do autor.

- (A) A cláusula penal é negócio jurídico perfeito, cuja validade é aferida quando há o inadimplemento.
- (B) Os planos que atestam a existência, validade e eficácia do negócio jurídico não se confundem, devendo o intérprete analisar as situações, onde o ato pode ter validade, ter eficácia e não ser.
- (C) A escada Pontiana trata exclusivamente do plano da validade e da eficácia, que está contido no gênero existência.
- (D) Os planos que atestam a existência, validade e eficácia do negócio jurídico não se confundem, devendo o intérprete analisar as situações, onde o ato jurídico pode existir, ter validade, mas não ser eficaz.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

31. Assinale a alternativa que corresponde à correta ligação entre o princípio fundamental do processo civil e o dispositivo respectivo do Código de Processo Civil de 2015.

- I. Princípio da inafastabilidade da jurisdição;
- II. Princípio da boa-fé objetiva;
- III. Princípio da vedação da decisão surpresa.

Art. 9^o Não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida.

Art. 5^o Aquele que de qualquer forma participa do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé.

Art. 3^o Não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito.

- (A) I. Art. 3^o; II. Art. 5^o; III. Art. 9^o.
- (B) I. Art. 3^o; II. Art. 9^o; III. Art. 5^o.
- (C) I. Art. 5^o; II. Art. 9^o; III. Art. 3^o.
- (D) I. Art. 9^o; II. Art. 3^o; III. Art. 5^o.

32. Acerca do tratamento da jurisdição pelo Código de Processo Civil de 2015, é correto afirmar.

- (A) Para postular em juízo é necessário ter interesse, legitimidade e pedido juridicamente possível.
- (B) O interesse do autor pode se limitar à declaração da falsidade do documento, mas não à declaração de sua autenticidade.
- (C) É inadmissível ação meramente declaratória se tiver havido efetiva violação do direito.
- (D) Ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, salvo quando autorizado pelo ordenamento jurídico.

33. Em relação às prerrogativas processuais da Fazenda Pública, assinale a alternativa correta.

- (A) A Fazenda Pública gozará da prerrogativa do prazo em dobro para todas as manifestações processuais, exceto se estiver litigando nos tribunais superiores.
- (B) Sentença que julgue procedente embargos à execução fiscal só produzirá efeitos após remessa necessária ao respectivo tribunal.
- (C) O membro da Advocacia Pública será civil e regressivamente responsável quando agir com dolo ou culpa no exercício de suas funções.
- (D) Para a apresentação da Fazenda Pública em juízo por seus procuradores, é indispensável a juntada de instrumento de mandato.

34. O princípio da boa-fé objetiva impõe a todos os envolvidos no processo o dever de agir com probidade e lealdade em suas tratativas com os demais sujeitos processuais. Nesse sentido, enumera algumas condutas como atos atentatórios à dignidade da justiça, sujeitando quem os praticar, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, multa de até 20 (vinte) por cento do valor da causa, de acordo com a gravidade da conduta.

É correto dizer que representa ato atentatório à dignidade da justiça:

- (A) não expor os fatos em juízo conforme a verdade.
- (B) formular pretensão que sabe ser destituída de fundamento.
- (C) praticar ato inútil ou desnecessário à declaração ou defesa do direito.
- (D) criar embaraços à efetivação de decisão judicial de natureza final.

35. Considere o seguinte artigo do Código de Processo Civil de 2015:

Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

É, ainda, efeito do despacho que ordena a citação, a interrupção da prescrição:

- (A) desde que expressamente determinado no despacho.
- (B) a partir da data de juntada aos autos da citação válida.
- (C) que retroagirá à data da propositura da ação.
- (D) desde que proferida por juiz competente.

36. Em uma ação de reparação de danos proposta em face de José, este ofereceu contestação no quinto dia do prazo para defesa. No décimo primeiro dia, porém, percebendo que se esqueceu de alegar ponto essencial ao deslinde da causa em seu favor, ainda dentro do prazo de quinze dias úteis para sua defesa, apresenta petição complementar, com novos argumentos não exteriorizados na contestação original.

Na hipótese, é correto dizer que a conduta de José:

- (A) é possível por ainda se estar no prazo de defesa, não havendo que se falar em preclusão.
- (B) não é possível, pois, com a juntada da contestação, ocorreu preclusão consumativa.
- (C) é possível, pois o direito ao contraditório e a ampla defesa afasta a preclusão.
- (D) não é possível, posto ter havido preclusão lógica em face da inobservância ao princípio da eventualidade.

37. Considera-se inepta a petição inicial quando:

- (A) a parte for manifestamente ilegítima.
- (B) o autor carecer de interesse processual.
- (C) os pedidos forem genéricos ou incompatíveis entre si.
- (D) da narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão.

38. Considere as assertivas abaixo:

- I. Ausência de pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo.
- II. Acolhimento de alegação de existência de convenção de arbitragem.
- III. Ocorrência de decadência.
- IV. Homologação de renúncia à pretensão formulada na reconvenção.

São causas para a extinção do processo, sem resolução de mérito, as assertivas:

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) III e IV.
- (D) I e IV.

39. Considere a seguinte situação hipotética:

Recurso especial interposto por Caio teve o seguimento negado pelo vice-presidente do Tribunal de Justiça, que, ao apreciar o juízo de admissibilidade recursal, apresentou os seguintes argumentos: 1. Os pressupostos de admissibilidade não foram obedecidos, e; 2. O acórdão impugnado foi exarado em conformidade com precedente do STJ firmado em sede de recurso repetitivo.

Nesse caso, a fim de impugnar a decisão do vice-presidente do Tribunal de Justiça em todos os seus argumentos, cabe a Caio:

- (A) interpor, simultaneamente, recurso de agravo em recurso especial e reclamação junto ao STJ.
- (B) interpor, simultaneamente, recurso de agravo interno e reclamação junto ao STJ.
- (C) interpor, simultaneamente, recurso de agravo interno e agravo em recurso especial.
- (D) interpor ação rescisória, após o trânsito em julgado da decisão monocrática.

40. Acerca dos entendimentos sumulados no Superior Tribunal de Justiça e no Supremo Tribunal Federal sobre as prerrogativas processuais da Fazenda Pública em juízo, é correto afirmar.

- (A) A Fazenda Pública não tem prazo em dobro para interpor agravo regimental no Superior Tribunal de Justiça, por se tratar de prazo próprio.
- (B) A Fazenda Pública, quando parte no processo, não fica sujeita à exigência do depósito prévio dos honorários do perito.
- (C) A remessa necessária devolve ao Tribunal o reexame de todas as parcelas da condenação suportadas pela Fazenda Pública, inclusive dos honorários de advogado.
- (D) Cabe recurso extraordinário contra decisão proferida no processamento de precatórios, por ter essa natureza jurisdicional.

PROVA SUBJETIVA – QUESTÕES DISCURSIVAS

QUESTÃO DISCURSIVA 01

Redija um texto dissertativo sobre o tema “Poder Constituinte”. Em sua resposta, aborde os seguintes pontos:

- a) Conceito e natureza jurídica do Poder Constituinte.
- b) De quem é a titularidade do Poder Constituinte?
- c) Classificação do Poder Constituinte.
- d) Características do Poder Constituinte originário.
- e) Segundo a doutrina majoritária no Brasil, Lei Orgânica municipal é manifestação do Poder Constituinte?

QUESTÃO DISCURSIVA 02

Considere a seguinte situação hipotética:

“Talita é proprietária de terreno murado, ao qual nunca deu destinação específica, adjacente a uma praça pública, em Fortaleza. Certo dia, ao passar por coincidência no local, Talita teve uma surpresa: o muro de seu terreno havia sido demolido, e este fora completamente integrado à praça pública, havendo, inclusive, a construção de pista de skate e parque infantil na área anteriormente murada.”

Tendo em vista a situação acima, redija um texto dissertativo sobre o tema “Desapropriação Indireta”. Em sua resposta, aborde os seguintes pontos:

- a) Conceito da Desapropriação Indireta.
- b) Natureza jurídica da ação de Desapropriação Indireta.
- c) Legitimidade ativa e passiva da ação de Desapropriação Indireta.
- d) Prazo prescricional da ação de Desapropriação Indireta.
- e) No caso narrado, o Município de Fortaleza, caso acionado judicialmente por Talita, poderia arguir a usucapião do terreno em sua defesa?

FOLHA DE RASCUNHO

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	

FOLHA DE RASCUNHO

41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	